



Ata da 6ª Sessão Plenária Ordinária de 2015

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1
2
3 Aos 18 de junho de 2015, nas dependências da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Auditório
4 Benedito Novaes Garcez, situado à Rua Itambé, nº 143, Prédio 9, subsolo, Consolação, São Paulo
5 - SP, teve início às 14h com a presença de 64 conselheiros: sendo 54 conselheiros titulares e 10
6 suplentes de conselheiro titular, a 6ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e
7 Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do conselho **GILBERTO SILVA**
8 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Encontravam-se no exercício da titularidade 6 suplentes
9 de conselheiro titular, sendo: Soriedem Rodrigues, Roberto Nery Junior, José Alfredo Queiroz dos
10 Santos, Douglas Ellwanger, Elisete Akemi Kida e João Antonio Danielson Garcia. A Sessão
11 Plenária contou ainda com a presença do conselheiro federal suplente do CAU/BR por São Paulo
12 Luiz Augusto Contier, ouvidor do CAU/SP Affonso Risi, ouvidor do CAU/BR José Eduardo Tibiriçá
13 e o Presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz. **A) VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:**
14 Foi verificado quórum de 60 conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade,
15 conforme consta em lista de presença. Para compor à Mesa, o Presidente convidou o vice-
16 presidente Valdir Bergamini, o presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, o
17 professor Valter Caldana, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
18 Presbiteriana Mackenzie e também conselheiro suplente do CAU/SP e o ouvidor do CAU/SP
19 Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 6ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2015. C)**
20 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a execução do Hino Nacional, o
21 Presidente agradeceu a presença de todos, e esclareceu que as Plenárias estão sendo realizadas
22 nas dependências da Universidade Presbiteriana Mackenzie porque o contrato de locação do
23 auditório da Sociedade Rural Brasileira, local onde as reuniões eram realizadas, venceu. O
24 departamento jurídico indicou a necessidade de uma licitação para a locação de espaço para as
25 próximas Plenárias. Nesse sentido até que esse processo licitatório seja efetivado, o CAU/SP não
26 pode demandar custos para aluguel de espaços. O Presidente passou a palavra para o
27 conselheiro suplente **VALTER LUIS CALDANA JUNIOR** agradecendo a cessão do espaço para
28 realização da presente Plenária, que desejou boas-vindas a todos e reiterou que é uma honra para
29 Universidade Presbiteriana Mackenzie receber as Plenárias do CAU pelo tempo que for
30 necessário. Informou que é uma oportunidade única de estarem próximos ao CAU e de
31 expressarem o quanto a universidade respeita e apoia o conselho estando aberta para atividades
32 conjuntas. Na presente data, declarou que a universidade está honrada com a presença do
33 Presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro, a quem saudou e lembrou que a universidade está de
34 portas abertas para apoiar o CAU em suas atividades. Parabenizou o CAU pelo envio da
35 notificação às prefeituras sobre o papel do arquiteto e urbanista e sobre cargo e função cujo
36 desempenho é exclusivo de arquitetos e urbanistas. Informou achar que estão no caminho certo e
37 que esse tipo de atuação é o que se espera do Conselho que deve estar sempre atento e alerta.
38 **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 25/05/2015. O**



39 Presidente questionou se algum conselheiro gostaria de se manifestar em relação à ata da 5ª
40 Sessão Plenária Ordinária. O conselheiro titular **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** solicitou
41 que fossem alteradas as palavras “acentos” constantes às linhas 298 e 301 para “assentos”, que é
42 a forma gramatical correta. Não havendo mais manifestações, o Presidente colocou a aprovação
43 da ata em votação que foi aprovada por unanimidade. **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O
44 Presidente agradeceu o esforço do Presidente Haroldo Pinheiro em participar da Plenária do
45 CAU/SP. Informou que tem acompanhando inclusive no desdobramento várias de viagens pelo
46 Brasil e exterior com o objetivo divulgar a atuação do CAU/BR nos mais longínquos pontos do
47 Brasil, atuando ativamente nos CAUs das unidades federativas. Ressaltou a organização com que
48 é realizada as Plenárias do CAU/BR, da qual participou algumas vezes, e que o CAU/SP tem
49 como meta ser organizado da mesma, com o objetivo de avançar ainda mais nas discussões.
50 Salientou e agradeceu ao CAU/BR a atenção bastante especial dispensada ao CAU/SP, no
51 sentido de sanar os problemas decorrentes pela grande quantidade de profissionais existentes em
52 São Paulo. O Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** agradeceu e
53 informou que é uma satisfação comparecer à universidade, a qual primeiramente na época da
54 campanha, posteriormente prestando contas aos professores e alunos e no momento no trabalho
55 de compreensão do que se passa nos CAUs Estaduais a partir do que foi produzido em Brasília,
56 com os representantes de São Paulo, na busca do que se pode ser melhorado e adequado.
57 Cumprimentou o colega Afonso, ex-presidente do CAU/SP na gestão fundadora e declarou que na
58 segunda gestão de mandato, após todos os obstáculos vencidos no período fundador, o objetivo
59 maior é consolidar e revisar tudo que foi realizado desde o início da organização do Conselho.
60 Declarou que depois de tantas dificuldades, o momento agora é de corrigir e verificar as regras
61 criadas. Ressaltou a importância de ouvir principalmente os arquitetos, através de seus
62 representantes, que são os conselheiros dos CAUs estaduais. Informou que foi realizada, na
63 semana passada, em Brasília a primeira reunião da Comissão de Exercício Profissional, que
64 analisou e discutiu toda a produção do conselho até o momento, para que na próxima semana em
65 uma segunda reunião, sejam apresentadas propostas, sugestões e recomendações para a
66 verificação das regras e aperfeiçoamento das falhas. Salientou que o Conselho deve funcionar
67 como um conjunto autárquico, formado a partir de uma mesma lei, com instâncias específicas, que
68 não se sobrepõem hierarquicamente, mas que tem responsabilidades bem apresentadas.
69 Enfatizou que ao CAU/BR cabe criar as normas de funcionamento do conselho para fiscalização e
70 aos CAUs Estaduais as colocarem em práticas e as realizarem. Relembrou que na época de
71 criação do CAU foi advertido por um jurista que quem faz as normas não deve aplica-las e que
72 quem as aplica não deve fabrica-las discricionariamente para beneficiar ou prejudicar nenhum
73 arquiteto. Nesse sentido ressaltou a importância da separação de tarefas e enfatizou que nas
74 atribuições do CAU/BR metade delas se refere aos CAUs Estaduais e as atribuições dos CAUs
75 Estaduais, na nossa lei, boa parte se referem ao CAU/BR, sendo uma delas a de justamente
76 recomendar o aperfeiçoamento das normas emanadas pelo CAU/BR. Destacou que um dos
77 pontos a ser reavaliados é a quantidade de RRTs existentes que precisa ser simplificado. Informou



78 que o caminho certo é o conselho sendo o gerenciador da profissão para que possam ser
79 produzidos arquitetura e urbanismo de melhor qualidade, dessa forma, atendendo melhor a
80 sociedade. Declarou que pretende, nesse segundo mandato, comparecer aos conselhos estaduais
81 com o objetivo de verificar o cotidiano e captar o que precisa ser feito para que o conselho
82 funcione bem, com o CAU/BR cumprindo bem suas competências e os CAUs estaduais também,
83 tendo em vista a ação idealizada que é levar arquitetura e urbanismo para todos. Para concepção
84 desses objetivos foi feita uma renovação da equipe principalmente no Centro de Serviços
85 Compartilhados, que é um dos pilares de construção do conselho e necessita funcionar
86 perfeitamente para que se possa pensar em coisas de maiores interesses para o conselho. O
87 Centro de Serviços Compartilhados viabilizou a existência de um conselho onde os meios de
88 produção foram socializados e todos os CAUs Estaduais têm condições de ter a mesma qualidade
89 para atender as suas obrigações. Pode ser exigido de todos os CAUs Estaduais a mesma
90 qualidade do CAU/SP porque o registro do conselho é nacional. O conselho ocupou
91 geopoliticamente o país com um CAU em cada estado, independente no número de arquitetos,
92 depois foi criado um fundo solidário que dá condições para que todos trabalhem sem que
93 dependam do CAU/BR. Declarou que tem muito orgulho do trabalho realizado por mais de 600
94 conselheiros no Brasil inteiro nessa construção. Disse que o trabalho realizado causa admiração
95 em outras profissões organizadas em países como Espanha, Portugal, Estados Unidos e
96 Inglaterra, que demonstram o mesmo objetivo e vontade, mas vêm dificuldade em mudar.
97 Informou que, principalmente no Centro de Serviços compartilhados foi feita uma renovação
98 completa, pois ele estava se desviando dos princípios determinados e a colega Mirna agora está à
99 frente para que funcione como um relógio. Enfatizou que a rede de atendimento aos arquitetos
100 tem que funcionar como um relógio no Brasil inteiro, sem que haja reclamações, para que assim
101 seja possível a dedicação a outros temas, motivos das preocupações de tanto tempo. Informou
102 que foi incorporado a essa nova equipe dois ex-presidentes estaduais da gestão fundadora que
103 conhecem bem as dificuldades dos conselhos estaduais: o Raquelson que está atualmente na
104 chefia de gabinete e a Cristina Evelise que atua atualmente na nossa assessoria trabalhando
105 especificamente para aproximar o CAU/BR dos CAUs Estaduais para que a atuação seja de um
106 conjunto único. Pediu desculpas por ter se estendido, mas salientou que o objetivo era explicar o
107 motivo de maior frequência de sua presença nas reuniões Plenárias e solicitou a contribuição de
108 todos os conselheiros estaduais. Colocou-se à disposição para contribuições em outros itens de
109 pauta da reunião e agradeceu. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
110 **BELLEZA** agradeceu as palavras do Presidente do CAU/BR e informou que há vários itens na
111 pauta dos quais seria importante sua presença e esclarecimentos. Justificou a ausência do
112 conselheiro federal Renato Nunes que foi convidado e por motivos de saúde não pode estar
113 presente. Realizou a leitura do e-mail enviado pelo conselheiro federal Renato Nunes: "Prezado
114 colega Presidente e demais conselheiros do CAU/SP. Na condição de representante paulista do
115 CAU/BR devo agora, ao final desse primeiro semestre do segundo triênio do CAU, destacar
116 alguns pontos que me parecem fundamentais nessa etapa inicial de construção do nosso



117 conselho. Pretendia fazê-lo pessoalmente nessa reunião Plenária, mas por recomendações
118 médicas pós-operatórias fui dissuadido de me deslocar para São Paulo. O tema é amplo e requer
119 um conjunto de reflexões e decisões conjuntas com os colegas conselheiros do CAU/SP e que
120 serão posteriormente encaminhados ao CAU/BR, como uma contribuição para formulação de
121 políticas de caracterização e presença de um conselho de arquitetura e urbanismo à estrutura
122 legislativa municipal, estadual e federal, em especial no campo de desenvolvimento das cidades,
123 da ordenação dos espaços públicos e nos processos naturais de expansão urbana edificada, ou
124 seja, com uma autarquia federal criada para esse fim, a nós cabe definir e implantar esse caminho
125 em defesa da qualidade urbana, não só um mandato para defesa do exercício profissional do
126 arquiteto. Na condição de um novo órgão federal temos também um mandato para criar as
127 condições objetivas de defesa da sociedade no que se refere a cidade em todos os seus aspectos,
128 sejam sua história, a cultura, a mobilidade, saneamento ou meio ambiente hoje extremamente
129 fragilizados diante de um verdadeiro motor de crescimento urbano desordenado que é e sempre
130 será o interesse imobiliário. Nesse sentido, ficou para trás nosso velho comportamento defensivo
131 como profissão minoritária no antigo conselho multiprofissional. Hoje, nós temos é um só,
132 arquitetura e urbanismo, sua prática e seus objetivos. A fiscalização do exercício profissional das
133 condutas éticas dos registros, carteiras e demais aspectos inerentes a nossa prática profissional já
134 estão sendo trabalhados em toda estrutura nacional do CAU, dentro das possibilidades e
135 limitações dos vários CAUs UFs. A enorme diferença do contingente profissional nos diversos
136 estados tem apontado distorções de entendimento que certamente serão resolvidas à medida que
137 formos identificando situações e implantando procedimentos. O SICCAU é um exemplo magnífico.
138 Sistema único entre os conselhos profissionais vem se aprimorando substituindo a velha estrutura
139 burocrática pela agilidade e confiabilidade que as novas técnicas de informática permitem. É difícil,
140 mas está sendo feito. Entretanto, a tarefa política que temos pela frente requer análise e coesão
141 entre todos integrantes desse Plenário. Se devemos trabalhar para se tornar arquitetura e
142 urbanismo como ferramenta de estado para a proteção da sociedade, conforme está previsto na
143 Lei 12.378, temos que estar unidos, quaisquer que sejam as nossas diferenças pessoais. A
144 diferença de posições políticas entre os conselheiros, oriundos de suas militâncias em nossas
145 entidades, não pode sobrepujar esse entendimento. Aqui não cabe qualquer crítica a essas
146 diferenças que são absolutamente naturais e saudáveis, mas temos que nos concentrar em definir
147 metas políticas para encaixar nosso conselho nas instâncias de decisão do crescimento urbano.
148 Essa necessidade é visível e percebe-se ser ela em uma ação extremamente oportuna nesse
149 momento político nacional. São Paulo tem cerca de 50% dos arquitetos brasileiros e grande
150 cidades maiores do que muitas capitais. Trata-se de um vastíssimo campo de trabalho e
151 experiências que precisamos saber utilizar para gerar subsídios e entendimentos úteis para o país.
152 Para tanto, sugiro ao CAU/SP a criação de uma comissão para discussões e formulação dessa
153 meta, e desde já como conselheiro federal me coloco à disposição dos colegas para participar
154 desses trabalhos. São Paulo, 18 de junho, conselheiro Renato Luiz Martins Nunes.”(sic). A pedido
155 do conselheiro federal Renato Nunes, o Presidente pediu apoio ao Plenário do CAU/SP para que



156 seja sugerido na próxima Plenária do CAU/BR que a resolução 51 leve o nome do arquiteto
157 Eduardo Kneese de Melo, autor da frase “Arquitetura atribuição de arquiteto”. A Plenária do
158 CAU/SP por aclamação concordou com o pleito e ato continuo o Presidente deu prosseguimento
159 aos **INFORMES DO PRESIDENTE**. Informou que foi iniciada na semana passada a instalação de
160 todos os Grupos de Trabalho e das Comissões Especiais. Ressaltou que a ausência de um local
161 para realização da reunião conjunta fez com que as reuniões iniciais fossem realizadas
162 separadamente, desse modo, a cada semana são realizadas seis reuniões de Grupos de
163 Trabalhos e duas de Comissões Especiais. Acrescentou que na presente data saíram as últimas
164 convocações para as reuniões dos Grupos de Trabalho e das Comissões Especiais. Doze GTs já
165 se reuniram e indicaram seus coordenadores, coordenadores adjuntos e secretários que darão
166 início ao trabalho dessa composição e atuação. Informou que o CAU/SP possui três
167 representantes na ABNT que são: o conselheiro João Correia representando o CAU/SP na
168 Comissão de Norma de Projetos da ABNT; a conselheira Denise Guarezzi representando o
169 CAU/SP na Comissão de Designer da ABNT; e a conselheira Marcia Mallet representando o
170 CAU/SP na Comissão de Nova Norma de Inspeção Predial da ABNT. Já o representante do
171 CAU/BR na ABNT é o conselheiro Gilson Paranhos, e que essas representações têm um papel
172 importante nas diretrizes da Leis de Licitações. Lembrou que as entidades nacionais, ABAP,
173 ABEA, AsBEA, IAB e FNA também têm seus representantes nessa comissão da ABNT. Informou
174 que o CAU/SP através do convênio que o CAU/BR tem com a ABNT vem tentando participar das
175 comissões que são importantes para o CAU/SP com conselheiros que têm grande conhecimento
176 da legislação. Declarou que a Comissão de Norma de Projetos era composta basicamente por
177 arquitetos, mas quando os engenheiros perceberam que poderia ser um assunto dominado pelos
178 arquitetos, eles começaram a enviar indicações advindas do Sistema CREA/CONFEA, e
179 atualmente a comissão é composta por um número elevado de pessoas que estão mais
180 preocupadas em manter as suas atribuições do que contribuir para a formulação de uma norma
181 que possa auxiliar na definição das diretrizes das Leis de Licitações. Informou que os conselheiros
182 que quiserem e tiverem contribuições específicas dessa norma podem enviá-las à presidência que
183 ficara responsável pelo encaminhamento ao conselheiro João Correia. Quanto à Norma de
184 Designer declarou que os decoradores assumiram um papel numérico relevante na comissão, na
185 tentativa de fazer dela uma definição de atribuições. Desse modo, a participação do CAU/SP e das
186 entidades de arquitetos é muito importante, enfatizou a importância do CAU/BR também ter uma
187 representação na referida comissão, devido à importância na definição das atribuições
188 profissionais. Informou que através do convênio do CAU/BR com a ABNT, o CAU/SP pelo número
189 de profissionais existentes em São Paulo tem o direito à instalação de 52 pontos eletrônicos para
190 consultas às normas brasileiras sem nenhum custo e impressão de um determinado número de
191 páginas das mesmas, além disso, o CAU/BR permite aos arquitetos a compra dessas normas por
192 50% do valor original. Destacou que a Diretoria de Relações Institucionais está montando uma
193 distribuição desses pontos pelo estado, e o patamar inicial é que todas as regionais e cidades com
194 o mínimo de 100 profissionais tenham a instalação desse ponto eletrônico de consulta. Informou



195 que serão contempladas as entidades nacionais de arquitetos, associações de engenheiros e
196 arquitetos e algumas autarquias que contemplem um número grande de arquitetos, para
197 proporcionar aos profissionais o acesso gratuito, que é muito importante. Informou que o CAU/SP
198 não pode fornecer o aparelho eletrônico, mas que fornecerá autorização de instalação ao aparelho
199 disponibilizado pela entidade. O conselheiro titular **JOÃO CARLOS CORREIA** sugeriu que alguns
200 desses locais onde os pontos eletrônicos serão instalados sejam universidades. Disse que vale a
201 pena trabalhar desde cedo essas questões normativas com os alunos do curso de arquitetura. O
202 **CONSELHEIRO TITULAR JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pediu esclarecimentos se houve alguma
203 mudança no atual convênio que o CAU/BR possui junto à ABNT, porque em 2014 mencionou no
204 Plenário que havia um convênio com a possibilidade dessa consulta, e um dos conselheiros há
205 época tentou efetuar a consulta, mas não conseguiu acessar porque a tela de consulta ficava
206 poucos segundos e depois fechava. Diante disso, declarou que há época fez uma consulta ao
207 CAU/BR, onde foi informado que naquele convênio só era possível abrir a norma para que o
208 profissional tivesse certeza de que aquela era a norma correta para sua compra posterior.
209 Questionou se continua dessa forma ou se se trata de outro convênio. A conselheira suplente
210 **MIRTES MARIA LUCIANI** declarou que as universidades compram as normas da ABNT que os
211 professores solicitam e deixam disponíveis na biblioteca. Informou que quando há alguma
212 atualização dentro da ABNT eles não sabem informar qual é a norma que está em vigência; sendo
213 assim, sugeriu que em um campo visível do site do CAU pudesse ter quais as normas vigentes
214 para que os arquitetos possam saber qual é o número da norma que precisam seguir. O
215 Presidente passou a palavra para o Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE**
216 **QUEIROZ** que declarou ser mais importante do que um convênio com a ABNT, que possibilite
217 consulta de normas, é a proximidade junto ao órgão que criam as normas referentes às práticas
218 profissionais dos arquitetos e urbanistas. Embora essas normas não sejam leis, a partir do
219 momento que são inseridas em editais de licitação passam a ter força de lei, além da confiança
220 que a sociedade tem. Informou que primeiramente foi buscado um convênio com a ABNT, e que
221 hoje o CAU/BR é sócio mantenedor da ABNT, o que dá alguns direitos, como a compra por menor
222 preço das normas e ter pontos para consulta, que são coisas diferentes. Explicou ao conselheiro
223 Lanchoti que a consulta que é feita mediante a compra da norma é diferente da consulta realizada
224 através do ponto eletrônico que conta com uma consulta gratuita, com tempo indeterminado e
225 permissão de impressão de um determinado número de páginas por mês. Informou que o CAU/BR
226 tem direito a 200 pontos eletrônicos que estão sendo fracionados para que os CAUs Estaduais
227 dividam e utilizem com as entidades da forma que entenderem melhor. Informou que o convênio
228 do CAU/BR com a ABNT está disponível no site do CAU/BR. Declarou que a ideia da conselheira
229 Mirtes de colocar as normas atuais no site é fundamental e salientou que o mais importante é que,
230 como sócio mantenedor da ABNT é que o CAU/BR pode propor alterações de normas, através de
231 um grupo nos moldes formados pela ABNT para que seja realizada uma discussão para
232 modificação, substituição ou atualização da norma. Informou que por recomendação do
233 conselheiro Edson Elito estão trabalhando em conversa com o CAU/SP para criação de um



234 escritório de apoio para dar suporte administrativo e técnico de pesquisa para os representantes
235 do CAU junto à ABNT, e manter nesse escritório a atualização das nossas contribuições,
236 pesquisas e decisões de atuação, além de uma verba de representação para os profissionais que
237 estiverem com representatividade na ABNT. Informou que em Brasília será montado esse
238 escritório, contando com o apoio do CAU/SP, porque a maior parte das reuniões são realizada em
239 São Paulo. O diretor de relações institucionais **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** esclareceu
240 ao conselheiro Lanchoti que a Diretoria Institucional ficou com a responsabilidade de mapear e
241 dividir 56 pontos pelo estado e foram criados alguns critérios para isso. Informou que já foram
242 feitas algumas instalações dentro do CAU/SP e já foram acessadas às normas de forma tranquila,
243 mas se houver algum problema como o declarado pelo conselheiro de agora em diante gostaria de
244 ser informado para que as providências possam ser tomadas. O Presidente informou que o
245 próximo informe é sobre a Campanha Nacional sobre Reserva Técnica e passou novamente a
246 palavra para o presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** que declarou
247 ser uma campanha pela ética na arquitetura, que deve ser realizada ao longo do ano, pontuando
248 assuntos de interesse com uma proposta de esclarecimento na prática de arquitetos que recebem
249 comissões e acham essa prática normal. Escalada em três fases para que não fique a imagem de
250 que muitos arquitetos façam uso dessa prática. Ressaltou que quem pratica esse procedimento o
251 faz de maneira desavisada, achando que é uma relação entre o arquiteto e o cliente, e nesse
252 momento o cliente passa a entender que existe dois tipos de arquiteto, o que recebe comissão e
253 os que mentem dizendo que não recebem, e isso atinge a todos. Ressaltou que o principal
254 problema é com a imagem pública da profissão, a confiabilidade dela no país. A primeira etapa é
255 uma campanha dirigida aos arquitetos e estudantes de arquitetura informando que essa prática é
256 ilegal e porquê. A segunda etapa é também esclarecer aos lojistas e PROCON, que também são
257 parte envolvida, visto que muitos lojistas se dizem chantageados pelos arquitetos. Já a terceira
258 etapa é informar a sociedade da ilegalidade dessa prática e solicitando que sejam feitas denúncias
259 para que o conselho exerça as medidas cabíveis de sua responsabilidade. Informou que o
260 Congresso Nacional está discutindo na reforma do Código do Processo Penal um capítulo
261 dedicado à corrupção entre privados ou particulares que criminaliza esse tipo de prática, por isso,
262 o CAU já tem que se antecipar nesse sentido. Informou ainda que há algumas reações negativas
263 desde o informe da intenção dessa campanha onde há a preocupação de que os arquitetos fiquem
264 contra o CAU, mas ele diz não acreditar nisso, e que alguns escritórios que vivem disso terão que
265 mudar seus procedimentos, pois isso atinge a todos. Informou que o arquiteto não deve utilizar da
266 atribuição que a sociedade lhe concede para ganhar dinheiro, e que caso o profissional queira
267 enveredar para esse caminho, não atue como arquiteto, mas como representante da empresa,
268 atuando com clareza. Informou que o seminário legislativo que será realizado no próximo mês, nos
269 dias 09 e 10, que contará com 3 mesas de debate no primeiro dia e no segundo dia os grupos de
270 trabalho sobre os blocos dos projetos de lei que estão tramitando no congresso e que são de
271 nosso interesse. Foi dividido em 3 blocos, as inscrições estão abertas no site do CAU/BR e essa
272 atuação baliza a atuação do Conselho junto ao Congresso Nacional durante o ano inteiro. A



273 primeira mesa de debate é sobre estatuto da cidade/estatuto da metrópole, intenções e realidade.
274 A segunda mesa é sobre a lei de licitações e a construção das cidades e a terceira mesa
275 Corrupção entre particulares. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
276 **BELLEZA** agradeceu e citou a presença do Conselheiro Federal Suplente Contier e do Ouvidor do
277 CAU/BR Tibiriça, informou ainda que o mandato do Tibiriçá no CAU/BR se encerrará ao final do
278 mês e, sendo assim, o convidou para ser o chefe de gabinete do CAU/SP, cargo que foi aceito por
279 ele. Declarou que o Tibiriçá contribuirá muito com seu vasto conhecimento de legislação e atuação
280 no CAU, especialmente dos problemas. A conselheira titular **DEBORA PINHEIRO FRAZATTO**
281 informou, com relação à ABNT e aos designers de interiores, que recebeu uma mensagem da
282 colega Denise Guarezzi informando que a diretoria da ABD (Associação Brasileira de Designers)
283 comentou numa reunião da ABNT no Rio de Janeiro que o CAU está restringindo a atuação dos
284 decoradores com a criação de uma nova resolução que saiu há poucos meses. Declarou que o
285 conselho tem somente a Resolução 21 que faz a especificação da área do campo de atuação que
286 é de 2012. Declarou que essa informação é banalizada e sem contraponto e que são mentiras que
287 se tornam verdades, exatamente porque não tem naquele momento a presença de pronto para
288 contrapor uma eventual barbaridade como essa que está sendo colocada. O conselheiro titular
289 **RONALD TANIMOTO CELESTINO** informou que a estratégia que está sendo adotada sobre a
290 questão de reserva técnica é no sentido de fazer em três fases para não ter um impacto muito
291 grande, o que acaba ratificando o que a conselheira Debora disse quando não há alguém presente
292 para contrapor. Sugeriu que se há um plano de atuação que ele seja forte, que não terá essa
293 preocupação de impactar porque já está totalmente consolidada essa imagem na sociedade no dia
294 a dia que o arquiteto ganha a porcentagem. Exemplificou que na semana anterior foi a uma casa
295 de material de construção e acabamento, para comprar materiais para um cliente e quando se
296 apresentou na loja já foi encaminhado ao setor de reserva técnica, desse modo, explicou que não
297 existe reserva técnica e que é ilegal, mas foi retrucado pela funcionária da loja que alegou que a
298 reserva técnica não é ilegal e que tem um setor específico para essa área na loja onde é feito um
299 contrato e todos envolvidos assinam e ficam cientes. Declarou que pedirá que o CAU notifique a
300 loja e, nesse sentido, informou que o CAU/SP pode tomar essa atitude de forma adiantada de
301 notificar esses grandes distribuidores, como foi feito com as prefeituras o que trouxe um retorno
302 visível pela reação dos profissionais que acham que estão sendo ofendidos com a atuação junto
303 às prefeituras. Disse que o pior cenário para o CAU seria quando a sociedade já consolidar em
304 sua mente que todos os arquitetos ganham porcentagem e que isso é normal como todo e
305 qualquer revendedor. Reiterou que fossem mais agressivos na estratégia do plano contra reserva
306 técnica. O conselheiro titular **PIETRO MIGNOZZETTI** lembrou que existe uma lei extremamente
307 importante, para qual houve uma luta de muitos anos, que é a Lei 11.888 de Assistência Técnica,
308 promulgada dia 24 de dezembro de 2008, que prevê a assistência técnica não só de arquitetos,
309 mas também de engenheiros para as populações carentes que não têm condições de contratar
310 nossos serviços e que precisam desses serviços para melhorias habitacionais. Mas para que essa
311 lei seja viabilizada depende de convênios entre órgãos públicos e entidades de classe, com a



312 aquiescência dos conselhos, que seria o caso do CONFEA e do CAU/BR em conjunto nesses
313 convênios. As prefeituras, que seriam os órgãos institucionais de Estado, deveriam celebrar esses
314 convênios, mas não estão obtendo sucesso e avanço nesses quase sete anos de vigência da lei.
315 Disse que o sistema CAU/BR e CAUs Estaduais deveriam fazer esforços maiores junto às
316 prefeituras em nível federal porque a sociedade necessita dessa assistência e deveria ser incluída
317 no programa mencionado pelo Presidente. O Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO**
318 **VILLAR DE QUEIROZ** declarou que a partir de uma notícia que saiu no site do CAU/BR houve
319 uma reação muito forte da ABD que publicou uma nota “descambando” uma discussão que o
320 CAU/BR queria criar uma reserva de mercado e acabou deflagrando uma discussão que não
321 existia. Informou que estava viajando quando o fato ocorreu, e que a assessoria do CAU/BR
322 entrou em contato com a ABD e realizou uma reunião com a ABD nas dependências do CAU/SP,
323 com a Presidente da ABD e com algumas pessoas que vieram do Rio em uma conversa muito
324 franca, onde foi explicado que eles estão tentando entrar em funções que são atribuições
325 privativas dos arquitetos, que estão descritas em lei e que isso será um problema. Além disso
326 ressaltou na reunião sendo formatada uma lei que regulamenta uma profissão que não tem um
327 artigo sequer que fale da ética nessa profissão, na prevê um órgão fiscalizador. A intenção na
328 reunião foi de chamar à responsabilidade que elas tinham nessa criação da profissão e na
329 resposta disso para a sociedade com o passar do tempo. Elas se prontificaram a fazer uma
330 alteração no projeto de lei. Muitos ainda não devem estar sabendo disso e ficam ainda ecoando o
331 mau momento de antes. Declarou que quando participou da Audiência Pública sobre a Lei de
332 Designers de Interiores para a criação da profissão apresentou o que estava improprio no Projeto
333 de Lei deles e informou que não estava lá para tentar proibir que outra profissão se organizasse,
334 mas sim para mostrar que da maneira que ela estava colocada estava destinada ao veto, porque
335 ela confrontava com outras profissões já organizadas. Informou que houve outra reunião com a
336 ABD em que não pôde participar por motivos de agenda, e a colega Letícia Hardt participou para
337 ajudar a ajustar o Projeto de Lei, o que foi realizado, e resultou na perda da sucessão de
338 sombreamentos que o projeto possuía e está muito melhor. Em relação à colocação do
339 conselheiro Tanimoto, concordou que o CAU deve ser assertivo, sempre tomando cuidado para
340 que a comunicação seja adequada. Quanto à exposição do conselheiro Pietro declarou que neste
341 ano foi criada uma categoria específica para assistência técnica, onde foi destinado um pequeno
342 valor para assistência técnica e projetos culturais em geral. O Objetivo foi privilegiar os projetos
343 que materializassem algo, nesse sentido de 26 projetos foram selecionados cinco, com valores
344 diversos. Caso tudo dê certo, esse valor será aumentado e serão acionados também os CAUs
345 Estaduais para que incluam essa faixa específica para assistência técnica. Como não há o
346 investimento da Caixa Econômica nesse âmbito, será criado um escritório para organizar a
347 assistência técnica, mas com a esperança de que a Caixa veja o potencial de mercado e
348 futuramente invista no projeto. Essa foi a iniciativa que esteve ao alcance aprovada em Plenário,
349 com toda a cautela que sempre se tem em investimentos financeiros. O Presidente **GILBERTO**
350 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informou que na próxima Plenária os conselheiros



351 receberão os aparelhos para votação eletrônica da mesma forma em que é feita no CAU/BR.
352 **ORDEM DO DIA. 1) INFORME OUVIDORIA.** O ouvidor do CAU/SP **AFFONSO RISI** prestou conta
353 dos serviços que foram realizados até o momento pela Ouvidoria de São Paulo e informou que
354 foram atendidas até o momento cerca de 200 demandas em praticamente dois meses e a
355 quantidade vem crescendo à medida que as pessoas descobrem que há a Ouvidoria e têm acesso
356 a ela. Informou que em sua maioria são demandas de fácil resolução e que não deveriam chegar à
357 ouvidoria, mas que ele atribui ao fato da facilidade de comunicação através do site. Apresentou
358 um gráfico com cada tipo de atendimento que passou pela Ouvidoria e explicou que reclamações,
359 dúvidas ou queixas são referentes à anuidade, ao acesso ao Siccau, ao registro profissional, a
360 carteira profissional e ao plano de saúde. As questões à RRT que são direcionadas à Diretoria
361 Técnica assim como as referentes à pessoa jurídica são provenientes dos escritórios que têm
362 alguma dificuldade de se organizar. Uma questão um pouco mais complicada é referente à CAT,
363 onde é visto que o CAU, por ser mais exigente e restritivo possui outros procedimentos que o
364 antigo conselho. Há questões também relacionadas a reclamações de profissionais quanto à não
365 observância do piso salarial, são reclamações de profissionais de órgãos públicos, prefeituras que
366 remuneram o profissional de uma maneira que não é a estipulada pelo piso salarial. Nesse ponto a
367 atuação do CAU/SP é restrita e a ouvidoria faz o direcionamento dos reclamantes ao sindicato que
368 é o órgão responsável por essa parte. Há as questões de denúncias, reclamações diversas e
369 dúvidas. Quanto às denúncias, o interessante é que sua grande maioria não vem de arquitetos,
370 vem dos clientes, elas são contra os arquitetos. Nesse ponto o papel da ouvidoria é orientar que a
371 denúncia seja feita através do SICCAU que é a única maneira dela chegar à fiscalização que é a
372 área que efetivamente pode atuar nessa questão, verificando se procede e em caso afirmativo, se
373 abra os processos éticos como todos conhecemos aqui. São questões que aparecem bastante.
374 Dúvidas quanto a reserva técnica, de pessoas que contrataram um profissional e foram mal
375 atendidos, entre outras. As dúvidas são curiosas, ter pertinência de um tipo de atividade ou não,
376 de atribuição, e que tentamos esclarecer. Em seguida aparecem algumas sugestões, que são
377 poucas, mas interessantes. Existem elogios, de pessoas satisfeitas com o CAU/SP e nas últimas
378 semanas apareceu de maneira crescente as demandas referente às questões da eleição, que
379 todos sabem foi obrigatória e que até o final de fevereiro era o prazo para justificação. O CAU
380 prorrogou esse prazo, que passou a ser até 31 de maio, e talvez por não ter se dimensionado a
381 quantidade de pessoas, ou porque os profissionais se atentaram para a questão apenas agora, o
382 número de acessos foi excessivo nos últimos dias de maio, em 29, 30 e 31, o que fez com que o
383 sistema travasse. Nesse sentido um número enorme de profissionais tentou o acesso e não
384 conseguiu fazê-lo e desesperadamente entravam em contato com a ouvidoria encaminhando a
385 tela. A ouvidoria encaminhou para o CAU/BR que tomou as devidas providências. Por fim
386 apresentou a última tela que é com relação às multas que o CAU começa a lançar na página do
387 profissional. Como colocação pessoal, informou que considera a multa, que é de uma anuidade,
388 pesada, e que muitos profissionais informam não ter condições de paga-la. Informou ainda que
389 essa questão acaba por contribuir com uma ideia errônea de que o CAU é um “caça níquel”, e que



390 o que foi apresentado nesse sentido, é apenas das duas últimas semanas, o que o deixa um
391 pouco estarecido. O Conselheiro Federal Suplente do CAU/BR por São Paulo **LUIZ AUGUSTO**
392 **CONTIER** informou que uma das ações da ouvidoria é identificar onde ocorrem os problemas no
393 processo para indicar a correção das questões. Ou seja, a ouvidoria não deve corrigir o problema
394 específico, mas identifica-lo para corrigir o processo. O ouvidor do CAU/SP **AFFONSO RISI**
395 informou que é isso que ocorre, e que alguns assuntos tem sido encaminhados diretamente à
396 presidência, ao ensino, etc. A ouvidoria não resolve nada, ela apenas é o ouvido e a voz dos
397 arquitetos. O Conselheiro **ÉDERSON SILVA**, informou, como membro da Comissão de Ética,
398 estar muito preocupado com a questão das multas, pois na lei 12.378 em seu artigo 18, inciso 11
399 diz que se deixar de recolher multa, quando notificado pelo Conselho, é uma infração disciplinar e
400 nesse sentido a Comissão de Ética ficará com muitos processos devido à essa questão. Isso deve
401 ficar claro ao profissional visto o volume muito grande de profissionais que não votaram. A
402 Conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** explicou que o CAT possui uma série de falhas, pois o
403 profissional atua em uma série de trabalhos, e principalmente quando se trata de urbanismo ou de
404 paisagismo e provavelmente na área de computação, tem grandes dificuldades de obter o CAT
405 devido à quantidade de informações e tramites necessários que muitas vezes são impossíveis de
406 serem realizados. Solicitou que seja revisto o formulário do CAT dentro da quantidade enorme de
407 atuação profissional. Informou que CAT é um patrimônio do profissional e que é importante haver
408 clareza no conjunto de informações que é solicitada em apenas um documento. O Conselheiro
409 **PAULO ANDRÉ CUNHA RIBEIRO** questionou o fato de o link da ouvidoria do CAU/SP cair no link
410 do CAU/BR, o que provoca estranhamento dos profissionais, que questionam se realmente existe
411 a ouvidoria de São Paulo. O ouvidor do CAU/SP **AFFONSO RISI** Informou que a ouvidoria de São
412 Paulo foi montada utilizando a plataforma da ouvidoria do CAU/BR, e foi um deslize quando a esse
413 detalhe, pois as demandas de São Paulo não vão para Brasília, e são respondidas diretamente. O
414 Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** homenageou ao colega
415 Tibiriçá pela regularidade e dedicação formidável nos últimos 3 anos, com muita disposição e
416 paciência em seu trabalho, cobrando do CAU um bom funcionamento. Informou que foram criadas
417 algumas regras, a fim de evitar problemas futuros, que acabaram por ser um pouco rígidas, onde o
418 ouvidor geral, no caso do CAU/BR é indicado pelo Presidente, homologado pelo Plenário, e possui
419 um mandato de um ano, podendo ser renovado por até duas vezes. O Tibiriçá cumpriu essas três
420 vezes e não há outra forma de reconduzi-lo. Certamente ele irá continuar nessa tarefa junto ao
421 CAU, agora com o CAU/SP. Agradeceu muito ao suporte dado por ele, seus alertas, franquezas e
422 recomendações. Colocou sua admiração por ele, por sua amizade e por sua luta pelo Conselho,
423 ressaltando a enorme admiração que tem por ele. Informou que foi aprovada uma resolução sobre
424 o salário mínimo profissional para dar apoio aos sindicatos, que é a quem cabe a fiscalização do
425 salário mínimo profissional, mas que ela não está totalmente clara. O CAU/BR chegou a montar
426 uma nota de esclarecimento jurídico para ajudar mas que não foi possível ser publicada devido à
427 incompatibilidade de duas comissões, mas informou que em breve será possível essa publicação
428 com orientações aos CAUs Estaduais para contribuir e auxiliar os sindicatos. No que toca as



429 eleições informou que a multa é absurda, mas que quando foi aprovada, veio do entendimento da
430 assessoria jurídica, que diz que não podemos cobrar fração da anuidade. Mas que tem discutido
431 muito com a assessoria para chegar a termos mais razoáveis, pois podemos buscar amparo no
432 preceito constitucional da razoabilidade. Lamentou que os profissionais não tenham utilizado da
433 praticidade que era votar e justificar seu voto, mesmo com todos os alertas enviados por todos os
434 meios de comunicação e que agora estão buscando uma alternativa para a multa, que não pode
435 ser anistia, pois já foi realizada uma vez e incorre no problema de renúncia fiscal. Finalizou
436 informando que já foi ponto de discussão na Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR a
437 simplificação dos formulários de CAT, mas que outro trabalho a ser feito junto ao Congresso
438 referente ao CAT-A pela lei 8.666 que não é razoável, onde solicita à um leigo o atesto de que seu
439 trabalho foi realizado corretamente. O Conselheiro **SÍLVIO ANTONIO DIAS** parabenizou o
440 trabalho da ouvidoria e enfatizou que essa declaração é um fato negativo e que possui uma série
441 de questões que acabam por prejudicar a atuação do profissional frente à licitação. Informou que o
442 RRT por si já deveria bastar, para efeito jurídico, do que está sendo feito. **ITEM 2) AUMENTO**
443 **SALARIAL PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AOS INDICES DE MERCADO DOS CARGOS**
444 **ASSISTENTES – NÍVEL MÉDIO E ANALISTAS TÉCNICOS JURÍDICOS:** O Presidente
445 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclareceu que todos os valores
446 salariais do CAU/SP foram aprovados em Plenário, e que o CAU/SP conta com os cargos de
447 provimento e os cargos concursados. Nos cargos concursados de nível médio e analistas técnicos
448 jurídicos, foi verificado que há uma defasagem em relação a outros conselhos e autarquias. O
449 problema em questão é que o concursado inicia seu trabalho no CAU/SP, mas presta outro
450 concurso com um valor salarial maior, o que tem inviabilizado a manutenção da nossa equipe
451 dentro do CAU/SP. A Diretoria administrativa fez uma análise para equiparação salarial desses
452 dois níveis. O Diretor Administrativo **LUIZ FISBERG** informou que o Coordenador de Recursos
453 Humanos fará uma apresentação rápida do assunto, informando todos os critérios. Coordenador
454 de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** informou que o CAU/SP possui 83 funcionários
455 concursados, desde julho de 2014 quando ocorreu a primeira admissão. De julho para cá
456 houveram 13 pedidos de demissão, sendo a maior parte dos casos, o mencionado pelo
457 Presidente, de pessoas que após aprovadas em outros Conselhos ou entidades, migraram para
458 uma outra oportunidade. Foram convocadas 114 pessoas. As demissões representam 11,5% do
459 total e 85% dos cargos em nível médio, sendo que 77% alegaram melhores salários. Houveram 18
460 casos de desistência, que representam 15,7% do total, sendo 78% do nível médio. Essa questão
461 criou um problema crítico para ser administrado, pois concentrou-se no nível médio a nossa
462 preocupação. Foi realizada uma análise comparativa com algumas entidades, primeiramente com
463 alguns CAUs, CAU/BR e CAUs UF, e com alguns outros conselhos, sem objetivar a equiparação
464 salarial, até porque são outras realidades no estado de São Paulo, mas só para constar onde se
465 posiciona o CAU/SP perante os outros conselhos, os nossos salários perante os outros CAUs,
466 desconsiderando o CAU/RS, estão um pouco abaixo dos demais. Em relação aos demais
467 conselhos do estado de São Paulo, também é visto essa tendência. Uma pesquisa realizada pelo



468 Conselho de Administração mostra uma média onde nosso salário se encontra próximo, mas um
469 pouco abaixo. Ressaltou que o objetivo não é a equiparação, mas minimizar a perda dos
470 funcionários que são treinados, capacitados, inseridos em processos do Conselho e logo saem, e
471 essa perda está sendo por pouco. A sugestão é de um aumento percentual de 2,54, que veio de
472 um cálculo aplicado da data base do sindicato, que para nós é no mês de maio, que foi de 8,32%
473 que é o índice de custo de vida no período de 12 meses, e esse índice de 2,54 foi a diferença
474 considerada adicional da data base, para repor um pouco dessa defasagem. Além dessa ação, o
475 CAU/SP também está trabalhando em outras abordagens, como o Plano de Carreiras, o convênio
476 médico e que, aliadas com ações do RH possam com o passar dos meses aumentar nossos
477 índices de atração e de retenção dos nossos profissionais. A proposta de aumento de 2,54%, no
478 montante da folha representa 0,43% do total dos salários sendo o aumento mensal de três mil
479 reais na folha, que é hoje de 705 mil reais. É um pequeno aumento, que atinge 71 pessoas que
480 estão nessa realidade no nosso conselho, e visa minimizar essa perda no momento. É uma
481 proposta comedida, que está dentro dos 45% da nossa receita com pessoal apresentada para
482 apreciação e aprovação do Plenário. O Conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO**
483 questionou se realmente o aumento de apenas 2,54% vai reverter a perda de funcionários, pois
484 considera pouco para um projeto de valorização, pois é difícil verificar isso. Questionou também
485 quanto aos 45% do orçamento, até quando bateu. Informou que gostaria de rever os valores para
486 cima. O Coordenador de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** informou que está em 41% do
487 orçamento, que essa estatística está sendo estudada ao longo dos meses e que nesse mês já foi
488 aplicado o reajuste de 8,36%. Esse aumento de 2,54% fará com que as pessoas nos cargos de
489 nível médio tenham seus salários acima de 2 mil reais, o que já provoca um efeito psicológico.
490 Talvez esse valor não seja suficiente, mas não podemos ignorar que o índice de “turn-over” nos
491 primeiros chamamentos dos conselhos novos é maior, devido às aprovações em outros
492 concursos. Informou que é necessário acompanhar o dinamismo e com as implementações a
493 serem colocadas melhorem nosso quadro de rotatividade. O Diretor Administrativo **LUIZ FISBERG**
494 acrescentou que os funcionários recebem o auxílio alimentação e alguns outros benefícios que já
495 são concedidos. O Conselheiro **FLAVIO MARCONDES** informou não ser contra, mas não
496 entendeu em como no atual momento, onde os sindicatos estão negociando a redução de salário
497 para diminuir o desemprego, os nossos funcionários conseguem coisas melhores. O Coordenador
498 de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** informou que não teve uma pesquisa, mas foram os
499 casos constatados no nosso Conselho em menos de um ano. Os cargos concursados são
500 ocupados por pessoas que sempre estudam para melhores posições em outras empresas. O
501 Coordenador de Orçamento e Contas **MESAQUE ARAUJO SILVA** complementou que no setor de
502 orçamento da Diretoria de Gestão Financeira, onde o funcionário entrou, estava desenvolvendo
503 suas atividades, e quando vislumbrou outra oportunidade de concurso, saiu. Há mais quatro casos
504 na diretoria financeira nesse caso. O Conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO** informou
505 que entendeu a colocação quando aos benefícios, mas que sua colocação se baseia em termos
506 de estratégias para a reversão dessa realidade. Dentro dessa estratégia que está sendo proposta,



507 onde estamos perdendo funcionários no período de 7 meses. Questionou qual o prazo esperado
508 para a reversão do quadro e qual o número máximo e mínimo que foi analisado. O Coordenador
509 de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** informou que o prazo de reversão depende de
510 acompanhamento dos próximos meses. O que foi observado é que de janeiro para cá esse
511 número tem reduzido até pela diminuição da quantidade de concursos. Assim sendo, não é
512 possível precisar um prazo. A intenção é que seja a curto prazo e aliado ao plano de carreira, e
513 quanto ao número máximo e mínimo, foi feito apenas a média através de simulações para esses
514 cargos e para outros. O estudo sempre foi de salário associado à outras ações, visando a melhoria
515 dos benéficos. O Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** comentou a importância da atuação
516 do Presidente Haroldo e informou que nas questões relacionadas à estruturação na gestão
517 anterior, as votações sempre eram favoráveis, por vezes com algumas abstenções, mas sempre
518 com maioria. Também houveram dúvidas na época com relação à valores, e a ação era observar
519 os valores praticados pelo CAU/BR e também o piso de mercado, os mesmos dados utilizados.
520 Além de um treinamento realizado pelo CAU/BR a cada 6 meses era passada a orientação de se
521 ter cuidado com o custo indireto. Quando se perde um funcionário, se perde todo o investimento
522 realizado nele e uma das ações realizadas no CAU/SP foi investimentos em Recursos Humanos, o
523 que futuramente representa um melhor trabalho do Conselho. Ressaltou que a maioria dos
524 treinamentos são realizados em outros estados, com rubrica aprovada para isso. Nesse sentido,
525 afirmou no atual período, com esse rodízio que está ocorrendo nas empresas, e com os bons
526 funcionários que temos, existe essa tendência. Finalizou informando que acredita que tudo que foi
527 apresentado vem de encontro ao que deve ser, visando que esse funcionário agarre o Conselho e
528 tenha orgulho de estar a serviço de um conselho como o nosso. O Conselheiro **JOÃO ANTONIO**
529 **DANIELSON GARCIA** comunicou a ausência do Conselheiro Roberto dos Santos Moreno, e que
530 o está substituindo. Questionou se alguém viu alguma manifestação do sindicato dos funcionários
531 de autarquia, pois, mesmo com o comparativo com o salário de outros conselhos, eles não estão
532 satisfeitos. Ressaltou não acreditar que o acréscimo de 2,54% vá reter funcionários, considerando
533 que a inflação esse ano pode chegar aos dois dígitos e sugeriu que seja usado o número de 30%
534 de perda apresentado seja voltado para o acréscimo de funcionários. Considerou a hipótese de se
535 pensar no dobro desse valor. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
536 **BELLEZA** colocou em votação a proposta de 2,54% de reajuste, que foi aprovado por
537 unanimidade. Ato contínuo o Presidente passou para o **ITEM 3) APRESENTAÇÃO E**
538 **APROVAÇÃO DO 1º RELATÓRIO DE GESTÃO QUADRIMESTRAL DE 2015:** esclareceu que no
539 dia 27 de maio foi recebido uma comunicação do CAU/BR informando sobre uma alteração no
540 relatório de gestão, que era anual, passando para quadrimestral. O prazo de confecção para
541 apresentação e aprovação foi exíguo e necessitou de grande dedicação dos funcionários da
542 Diretoria Financeira. Informou que esse relatório demonstra todas as atividades realizadas pelo
543 CAU/SP nesses primeiros quatro meses e com essa alteração do CAU/BR, teremos que
544 apresentá-lo a cada quatro meses. O relatório foi encaminhado por e-mail e a apresentação foi no
545 formato reduzido. O Diretor Financeiro **JOSÉ BORELLI NETO** reforçou as palavras do Presidente



546 e cumprimentou a equipe que trabalhou ativamente no termino desse relatório, que acabou por
547 fechar com 250 páginas. Acrescentou ao Presidente Haroldo, que sugeriu à equipe em Brasília
548 que fosse possível uma simplificação desse relatório. Agradeceu à todas as diretorias pelo esforço
549 na finalização do relatório; informou que a apresentação foi simplificada para ser de forma objetiva
550 e solicitou ao Conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** que fizesse a apresentação do relatório ao
551 Plenário, o que ocorreu de forma sucinta pelo Coordenador de Orçamento e Contas **MESAQUE**
552 **ARAUJO SILVA**, que agradeceu à toda equipe financeira, todas as diretorias do CAU/SP e à
553 equipe do CAU/BR. A Conselheira **MARCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** elogiou
554 toda equipe e ato continuo o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
555 **BELLEZA** colocou em votação a aprovação do 1º Relatório de Gestão Quadrimestral que foi
556 aprovado por unanimidade. **ITEM 4) INFORME DA DIRETORIA FINANCEIRA ACERCA DA**
557 **PRESTAÇÃO D CONTAS DE MAIO/2015:** O Conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** acrescentou
558 que esse item faz parte da ideia de transparência, de somente trazer informação aos conselheiros
559 da situação do CAU/SP ao final de Maio. Novamente a apresentação ocorreu de forma sucinta
560 apresentando apenas os pontos principais em gráfico. O Conselheiro **FLAVIO MARCONDES**
561 questionou a origem de 28 milhões de reais de receita prevista, sendo que conforme apresentado,
562 as receitas oriundas das anuidades finalizaram. O Coordenador de Orçamento e Contas
563 **MESAQUE ARAUJO SILVA** informou que no mês de maio foi alcançado o valor de 18 milhões da
564 previsão de arrecadação com as despesas correntes, nos casos das anuidades, tendo como base
565 os históricos de 2012, 2013 e 2014, há uma previsão de recebimento de anuidades dos anos
566 anteriores, onde os profissionais tem regularizado sua situação junto ao CAU/SP. Ressaltou que
567 esse valor previsto, pode não ter a mesma agilidade da arrecadação dos cinco primeiros meses,
568 mas a tendência é que até o final do ano chegue àquele valor com anuidades. No caso de isso
569 não acontecer, a arrecadação com RRTs e os resultados da aplicação financeira do recurso da
570 nossa receita de capital compensa esse valor. Ato continuo, o Presidente **GILBERTO SILVA**
571 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** agradece ao Mesaque e aos colegas das Diretoria e
572 passa para o **ITEM 5) ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CAU/SP PARA**
573 **AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA E**
574 **DICPLINA:** o presidente esclareceu que quando iniciou a gestão e foram feitas as indicação dos
575 conselheiros para participação nas comissões houve a solicitação do Plenário, com pleito de
576 vários conselheiros, para que as comissões fossem ampliadas. Nesse sentido foi assumido o
577 compromisso de tentar viabilizar essa ampliação e realizada uma consultada a todas as
578 comissões com o objetivo de verificar qual gostaria de ser ampliada em função de seu trabalho e a
579 Comissão de Ética e Disciplina manifestou interesse em ampliar a quantidade de cinco para sete
580 integrantes. Nesse sentido, é necessário a correção do regimento possibilitando a ampliação da
581 Comissão de Ética e Disciplina de cinco para sete os membros integrantes em sua composição e
582 para que isso possa ser corrigido é necessário que o Plenário tenha 38 (trinta e oito) conselheiros.
583 Sem esse quórum não é possível fazer a alteração. Foi verificado quórum de 46 (quarenta e seis)
584 conselheiros, havendo assim quórum para a votação. O Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA**



585 informou que na ocasião houve um debate longo quanto à Comissão de Ensino e Formação que
586 não contempla professores da área pública. Inclusive foi apresentado um documento com esse
587 pleito. Ressaltou que o estado de São Paulo, tem uma realidade forte tanto do ensino privado
588 quanto do ensino público e nossa comissão permanente possui apenas profissionais do ensino
589 privado. Nesse sentido informou que também caberia esse encaminhamento para essa comissão.
590 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclareceu que a
591 proposta daquele momento era a consulta à todas as comissões, e todas elas, com exceção da
592 comissão de ética, informaram que possuíam número suficiente de componentes para a execução
593 de seus trabalhos. O Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** ressaltou entender a construção
594 de um encaminhamento equivocado, pois o Plenário define as linhas gerais, e o debate foi
595 realizado por aqueles que não estão na comissão e representam as instituições públicas como
596 USP e UNESP. Demonstrou um estranhamento de que a resolução parta da comissão e solicitou
597 esclarecimento. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
598 esclareceu que quando sugeriu a ampliação das comissões, tendo em vista o pleito apresentado
599 pelos colegas, era alegando de que eles não tinham participação em nenhuma outra atividade.
600 Nesse sentido, esclareceu o posicionamento da diretoria, onde cumpriu com seu posicionamento
601 de solicitar a ampliação de todas as comissões e cada uma teve sua resposta. O segundo ponto
602 do pleito apresentado não era apenas a participação naquela comissão, mas sim de toda a
603 estrutura do nosso conselho, o que também foi feito, inclusive na indicação do colega Reginaldo
604 Ronconi que está participando do grupo de trabalho de ensino, que teve seu nome alterado para
605 Formação continuada. Nesse sentido esclareceu as propostas realizadas foram cumpridas. O
606 Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** fez alusão novamente ao conteúdo da ATA e ao
607 documento apresentado, informando que comissão permanente tem uma atribuição de responder
608 processos, bem definidas e intrínsecas à vida do conselho e o levantamento colocado na ocasião
609 era que para uma análise do universo das situações para esses pareceres, não se poderia abrir
610 mão dos profissionais, tanto da área privada quanto da área pública. Essa questão não se resolve
611 com grupo de trabalho, que tem outra função e não tem responsabilidade processual direta.
612 Informou que coloca isso por estar explícito na ATA e no documento exposto pelos colegas. O
613 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclareceu que ficou muito
614 preocupado com aquela situação e que naquele momento disse que na medida do possível
615 tentaria contemplar essa solicitação, mas em nenhum momento a contemplação desse pedido se
616 dava no sentido de não ter participação de escolas públicas. Acrescentou não achar pertinente
617 entrar nesse mérito da discussão, pois os colegas que são de escolas particulares foram contra.
618 Houve assim uma preocupação em relação à não participação dos colegas, o que considera
619 correta. O esforço da diretoria é de contemplar a maior quantidade de colegas nas comissões e
620 como presidente reforçou que fez uma arguição à todas as comissões para que elas se
621 posicionassem quanto aos seus processos em andamento e como poderíamos contemplar isso. A
622 única comissão que se manifestou foi a Comissão de Ética, todas as demais se manifestaram no
623 sentido contrário do crescimento. A Conselheira **VERA SANTANA LUZ** salientou que alguns



624 signatários dessa carta não estavam presentes e que a Plenária teve que contar quórum para
625 votar o aumento dos membros de determinada comissão à despeito de estarmos preocupados
626 com a participação de todos. Reforçou estranhamento no posicionamento de colegas que querem
627 participar, mas que nem sequer estão na Plenária em que se responsabilizou de estar, ou seja, a
628 reivindicação não parece estar em equilíbrio. A Diretora de Ensino e Formação **DÉBORA**
629 **PINHEIRO FRAZATTO** informou que a diretoria fez uma reunião e entenderam por bem que
630 deveriam levar às comissões permanentes a recomendação do plenário para que avaliasse a
631 possibilidade de ampliação dos quadros das comissões permanentes no sentido de abrigar mais
632 conselheiros. Isso foi levado às comissões e esse assunto foi objeto de duas reuniões da
633 Comissão de Ensino e Formação que conta com a coordenação do Conselheiro Flávio Marcondes
634 e coordenação adjunta da Conselheira Vera Santana Luz e a comissão entendeu que dado ao
635 volume de trabalho, a dinâmica e a metodologia empreendida à comissão não era necessário a
636 ampliação do quadro. Reafirmou que a Diretoria de Ensino e Formação tem apresentado uma
637 proposta para a Comissão de Ensino e Formação de trabalho em conjunto e assim tem sido feito,
638 de forma bem harmoniosa, tanto que o Plano de Ação, projetos e acompanhamento aos grupos de
639 trabalho se darão de forma equânime e integrada. Informou que entende que quando eleita, não
640 foi como representante de sua instituição de ensino, mas como Conselheira, independente se de
641 escola pública ou privada e ressaltou que ser professora, tanto de escola pública ou privada, o que
642 vale é ser Professora. Ainda assim, em relação ao documento apresentado àquela época, foi
643 discutido a intenção de constituir um grupo de trabalho de ensino e formação, que possui apenas
644 um integrante que é de escola privada, sendo todos os demais de escola pública. Isso aproxima o
645 diálogo, mas como exposto pela Conselheira Vera, se eles não se fizerem presentes, não
646 contribuirão. A Conselheira **ROSANA FERRARI** informou que solicitou de fato ao Presidente a
647 ampliação da Comissão de Ética, devido ao volume de processos que necessitam ser analisados.
648 Se mantivesse a quantidade de membros a comissão sofreria com o acúmulo de processos.
649 Nesse sentido informa que no relatório de gestão, na página 103, só em abril houve a formação de
650 440 processos, se considerarmos que a grande maioria deles terão infrações éticas, o volume de
651 processos que passará pela Comissão de Ética é muito grande. O Conselheiro **ÉDERSON SILVA**
652 solicitou um aparte na fala da coordenadora Rosana para informar que no relatório final da gestão
653 passada a então Comissão de Ética já havia solicitado a ampliação, que foi refeita na atual gestão.
654 A Conselheira **ANNE MARIE SUMNER** colocou que todos os integrantes da comissão são
655 professores, independentemente de escola pública ou privada e disponibilizou sua posição como
656 suplente da Comissão para um dos colegas da escola pública. O Presidente **GILBERTO SILVA**
657 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclareceu que o procedimento sugerido pela conselheira
658 é improcedente, pois o procedimento correto é que, caso ela pretenda abrir mão da suplência, ela
659 precisaria renunciar, para que o segundo suplente assumisse sua vaga e aí seria feita a eleição
660 em plenário do segundo suplente. Diante da explicação do presidente, a conselheira decidiu
661 permanecer na primeira suplência. Ato contínuo o presidente colocou em votação a aprovação do
662 texto apresentado na tela que diz: “A Comissão de Ética Profissional, será composta com no



663 mínimo de três e no máximo de sete membros” (sic.). Foi novamente verificado o quórum e
664 colocado em votação a alteração do regimento, aprovado por unanimidade. O Presidente ainda
665 esclareceu que qualquer comissão que tenha a necessidade de ampliar seus membros
666 necessitará também da alteração do regimento e passou para o **ITEM 6) RESOLUÇÃO 51** que
667 tem o objetivo de esclarecer aos colegas a sobre a Resolução 51 do CAU/BR que tem sido muito
668 questionada, discutida nos meios de comunicação, nas localidades de todos os profissionais e
669 prefeituras. O ponto é: como implementar de uma maneira efetiva a Resolução 51. Solicitou ao
670 Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** que esclarecesse os
671 procedimentos. O Presidente do CAU/BR lembrou que no antigo conselho já havia uma definição
672 de atribuição das profissões, desde 1975 com a Resolução 218 do CONFEA e depois, em 2005
673 com a Resolução do CONFEA 1010, que inclusive é muito específica e esteve válida até o final de
674 2013, quando foi suspensa depois da edição da Resolução 51. A lei 12.378 determinou que
675 fossem definidas as atribuições privativas dos arquitetos, baseadas nas diretrizes curriculares, que
676 é o que concede as atribuições segundo as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura - MEC.
677 Para o CAU era importante realizar essa resolução durante o Marco Legal, enquanto a Resolução
678 1010 ainda estivesse em vigor, mesmo tendo a notícia de que o antigo conselho iria editar uma
679 nova resolução alterando as atribuições das outras profissões. Mesmo diante da urgência foi
680 realizada uma pesquisa, com vagar, nas diretrizes curriculares do arquiteto, do engenheiro civil, do
681 engenheiro agrônomo, do engenheiro elétrico para dar segurança à resolução, que foi
682 apresentada em uma Plenária, discutida, refeita para que não fosse baseada na Resolução 21,
683 mas apenas na lei, e assim foi aprovada. Vários CREAs e outras organizações entraram com
684 pedidos de liminares para o cancelamento ou suspensão da vigência da resolução 51 e todas
685 foram negadas. Exceto uma da Associação Brasileira de Engenheiros Civis que foi acolhida, mas
686 que o CAU entrou com uma contra argumentação e apesar da demora por problemas internos do
687 Tribunal Regional, finalmente foi homologada no último mês de novembro, derrubando essa única
688 liminar que existiu. O CAU/BR tem muita segurança nessa Resolução 51, principalmente no que
689 toca o projeto arquitetônico. A orientação para os Conselhos estaduais é que sempre notificassem
690 e notifiquem as prefeituras a respeito da resolução 51, inclusive foi enviado aos estados uma
691 minuta de ofício a título de contribuição para ser enviado à todas as prefeituras, por ser uma
692 mudança de paradigma e de procedimentos diversos. Após a derrubada da liminar, os CREAs
693 começaram a colocar anúncios em rádios, jornais, encaminhar correspondências às prefeituras,
694 colocando inclusive “projeto arquitetônico, atribuição do engenheiro civil”, sendo uma ação
695 orquestrada em desacordo com a cordialidade do nível da discussão em Brasília, conforme
696 informado ao Presidente do CONFEA. Pouco depois o CONFEA editou a instrução normativa 106
697 que pretendia caracterizar o projeto arquitetônico, o que fica muito ruim na discussão no
698 Congresso nacional quanto à lei de licitação, onde se luta para excluir o termo “projeto básico” e
699 reforçar a necessidade do projeto completo para a licitação de obras públicas. Informou que
700 solicitou ao presidente do CONFEA que cancelasse aquela instrução, e agora o posicionamento é
701 que o CAU entre com a liminar para suspende-la. Alguns CAUs Estaduais solicitaram ao CAU/BR



702 uma nova orientação para uma ação orquestrada dos CAUs Estaduais. Simultaneamente o
703 Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos o procurou solicitando que o CAU agisse com
704 mais evidência. Nesse ponto foi feita uma reunião em Brasília com as assessorias jurídicas dos
705 cinco CAUs estaduais que estão com mais problemas nesse sentido que foram os CAU/RS,
706 CAU/PR, CAU/SC, CAU/MG e CAU/PE, além dos dois CAUs maiores que são os CAU/SP e
707 CAU/RJ, que resultou na preparação de um documento esclarecedor que consiste em uma
708 informação técnica e objetiva bem sucinta para as prefeituras, com 3 partes, sendo a primeira um
709 ofício síntese, assinado pelo presidente estadual e pelo presidente nacional, o segundo que é o
710 documento confeccionado pelos advogados que esclarece a legislação brasileira, que dá as
711 atribuições, quais são as instancias do MEC responsáveis quanto à arquitetura e engenharia civil,
712 e o ultimo documento que compara a grade curricular do curso do arquiteto e do engenheiro civil
713 evidenciando a diferença de uma formação que tem 10 semestre de estudo em projeto
714 arquitetônico, enquanto o engenheiro tem apenas um semestre dessa matéria. Foi enfatizada a
715 importância da engenharia civil para a construção das cidades. O objetivo é informar de forma
716 técnica e sucinta para ser entendido pelos responsáveis pelas áreas de contratação, aprovação de
717 projetos e concessão de alvarás das Prefeituras. Enfatizou a importância dos CAUs estaduais
718 encaminharem essas correspondências para divulgação. Enfatizou novamente a segurança
719 jurídica nessa atuação, que o caminho é esse, que o CAU/BR está nessa luta e que certamente
720 será resolvido. Finalizou que em um diálogo com o presidente do CONFEA, informou que tem
721 certeza que o CAU vai ganhar, mas que gostaria que essa questão fosse resolvida por
722 profissionais técnicos e não leigos, juizes ou consultores que analisam a lei. O Presidente
723 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** complementou que São Paulo pegou
724 os textos e está confeccionando a carta assinada por ele, e que será encaminhado à todas as
725 prefeituras. O Conselheiro **EURICO PIZÃO NETO** informou que as prefeituras realmente não têm
726 conhecimento dessa resolução, e que muitos dizem que resolução não é lei. Outra questão é que
727 os funcionários informaram que enquanto não receberem uma orientação do secretário de que
728 essa resolução deve ser obedecida, isso não será feito. Quanto à aprovação que é realizada por
729 processo de massa, onde não existe mais o processo arquitetônico detalhado e por isso não
730 aparece mais o nome do autor do projeto. Nesse caso, como a demanda de pequenas
731 construções é grande, talvez seja o caso do CAU verificar essa questão, onde não há essa
732 segurança jurídica. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
733 esclareceu que a Planta de massa, que a prefeitura de São Paulo pede é uma representação
734 simplificada de um projeto arquitetônico e que para tanto precisa de um responsável técnico por
735 esse projeto. A Conselheira **NANCY LARANJEIRA** questiona se no hall da ART dos engenheiros
736 existe o item projeto arquitetônico, e com essa lei, não seria o caso da retirada desse item. O
737 Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** informou que a lei 12.378
738 determina que todas as questões de arquitetura e urbanismo passam a ser de responsabilidade do
739 CAU, o antigo conselho deveria ter eliminado de seus formulários o projeto arquitetônico. As
740 resoluções devem regulamentar os termos da lei, e estando ancorada e apoiada nos seus termos



741 ela passa a ter força de lei. A Conselheira **MIRTES MAIRA LUCIANI** informou que o CAU tem
742 vários problemas e é em boa hora que vem essa atuação de limites e caracterização de papéis.
743 Nesse sentido, informa que deveríamos fazer um plano nacional para ensinar como é importante o
744 trabalho do arquiteto, pois a sociedade não tem esse conhecimento e não paga projeto, através de
745 uma campanha maciça e intensa. A Conselheira **SILVANA SERAFINO CAMBIAGHI** falou que na
746 Prefeitura de São Paulo, há um misto de funções e uma falta de definição de cada função, tanto
747 que existem vários engenheiros que analisam projetos. A prefeitura não tem os RRTs dos nossos
748 trabalhos e toda a atuação profissional acaba passando despercebido. Questiona se alguma
749 prefeitura levou em consideração esse assunto, inclusive no que tange as carreiras de
750 engenheiros e arquitetos que são misturadas e em segundo plano dos registros das atividades,
751 que sejam em projetos, em laudos, em análises de projetos ou qualquer outro item. A Conselheira
752 **ANITA AFFONSO FERREIRA SILVEIRA** questionou se dentro dessa lei será alterada o termo
753 projeto arquitetônico por projeto de edificação. O Conselheiro **PIETRO MIGNOZZETTI** colocou seu
754 estado de surpresa em que no momento de segunda gestão haja tantos problemas que parecem
755 ser de implantação. Diz que essa resistência já era esperada, mas que o momento é de
756 consolidação, para que essas questões sejam superadas de uma maneira mais definitiva.
757 Aprovação de projeto é diferente de licenciamento para que se execute um projeto que é como
758 funcionam os órgãos públicos, onde existe o primeiro momento que é a aprovação do projeto e o
759 segundo que é para aprovação da construção. Por isso temos duas atividades, que é de autoria
760 de projeto e de execução de projeto. Informou que se não houver uma ação forte, não só junto aos
761 órgãos licenciadores, mas também junto da população, junto da sociedade para que tenha
762 conhecimento da atuação dos arquitetos. Engenheiros e arquitetos podem trabalhar
763 pacificamente, e é importante delimitar a atuação dos arquitetos e engenheiros aprimorando assim
764 toda a área da tecnologia com a sociedade. O Conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** informou
765 que o CAU está participando da CB02 que trata sobre a classificação de projetos, com a definição
766 do que é projeto, pré-projeto e projeto de edificação. O Conselheiro **RONALD TANIMOTO**
767 **CELESTINO** informou que há uma grande oportunidade na formatação da Conferência Estadual
768 de Arquitetos e Urbanistas, e o formato proposto é que antes dessa conferencia seja estabelecido
769 em algumas cidades vários fóruns permanentes de discussão, com um tema transversal que pode
770 atravessar toda à Conferencia, que é “arquitetura, atribuição do arquiteto”, juntamente com a
771 resolução 51, que já leva esse nome. O Presidente do CAU/BR **HAROLDO PINHEIRO VILLAR**
772 **DE QUEIROZ** informou que vivemos em um turvor nessa questão de projeto de edificação e
773 projeto arquitetônico, em um conselho multiprofissional isso era difícil de resolver. Muitas questões
774 foram discutidas e de toda a forma está sendo acumulado um volume de informação da profissão
775 que nunca houve, sempre com o objetivo de melhorar a prática profissional e cultural junto à
776 sociedade. No primeiro ano foi feito um censo, com a visão dos arquitetos. Agora a Datafolha já
777 está contratada para fazer três pesquisas, sendo uma quantitativa e uma qualitativa, junto à
778 sociedade para entender como ela vê a nossa profissão, a ética, o que o arquiteto faz, o nível de
779 confiabilidade; que essas pesquisas devem estar finalizada até julho. A terceira pesquisa é junto



780 aos formadores de opinião como jornalistas, para verificar como eles vem nossa profissão, quais
781 as opiniões para verificar as distorções e a correção de estereótipos. Há vários projetos a serem
782 colocados em prática, como o de uma televisão, e seis já foram escolhidos para serem finalizados
783 nesse contexto. Informou acreditar que essas pesquisas vão ajudar a nortear as mudanças
784 necessárias à sociedade. Quanto aos projetos de edificação e de arquitetura, ficará definido com a
785 conclusão desses processos, sendo caracterizado como projeto arquitetônico, não pode ser feito
786 por engenheiro. Quanto às prefeituras é necessário ter um responsável técnico, e precisamos
787 orientar, depois notificar e em último caso multar se for o caso. Quanto à engenheiros aprovarem
788 projetos, o caso é pior, pois cada setor de um projeto for aprovado por sua área específica, o que
789 forma um conjunto que não fecha. Nesse sentido, novamente a intenção é orientar as prefeituras
790 e num segundo momento o ministério público e outras instâncias para um maior aprofundamento.
791 Informou ser, em tese, a favor da aprovação de projeto em massa, mas que os procedimentos de
792 aprovação que há no Brasil tiram a responsabilidade do arquiteto pelo projeto, passando-a para
793 a Prefeitura. Finalizou informando que o artigo segundo da lei é uma transcrição da 1010,
794 mantendo-se o estado da arte, sem que fosse agregado novas atribuições. O Presidente
795 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** agradeceu às colocações do
796 Presidente Haroldo e passou para o **ITEM 7) CONTRATO EMPRESA FIA – PLANEJAMENTO**
797 **ESTRATÉGICO** informando que a Diretora Administrativa Adjunta **VIOLETA SALDANHA**
798 **KUBRUSLY** faria uma breve explanação. Ela informou que a intenção é passar apenas um
799 panorama bem rápido da situação do contrato com a FIA – Fundação do Instituto de
800 Administração da Escola de Economia e Administração da USP, que foi contratada para fazer o
801 planejamento estratégico do CAU/SP pelo valor aproximado de 756 mil para o período de julho de
802 2013 a julho de 2015. A equipe está sob a coordenação do Professor Claudio Delizoni de Angelo,
803 com os Consultores Miltom Murakami e o Luiz Satoro. O projeto tem 3 fases, sendo a primeira
804 uma apresentação formal do planejamento estratégico que durava 6 meses, depois a
805 implementação formal do planejamento por mais 6 meses e por fim o monitoramento e o
806 aferimento dos resultados e propostas de ajustes. Foi realizada a apresentação formal da primeira
807 etapa entre setembro de 2013, quando houve a construção da identidade organizacional, o
808 seminário organizado com a participação dos conselheiros nas faculdades integradas Anhembi
809 Morumbi, tudo dentro de um escopo de trabalho que foi estabelecido pela FIA. Em setembro de
810 2013 houve a apresentação da identidade organizacional em Plenária, na sequência os
811 consultores utilizaram métodos de análise de pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e
812 ameaças, o método SUOT, com a participação de diretores titulares e adjuntos e de membros das
813 comissões permanentes, assim sendo, a participação do Plenário ocorreu naquela oficina e dela
814 foram extraídas ideias que deram origem à identidade organizacional e na sequência os mesmos
815 participantes da oficina anterior formaram as metas estratégicas. Essas metas foram aprovadas
816 em Plenária em outubro de 2013, e ao final de 2013 esses produtos entregues gerou a primeira
817 medição contatual no valor de R\$ 300 mil reais. Esses produtos foram disseminados no início
818 dessa gestão para conhecimento dos Conselheiros. Na segunda etapa houve uma implementação



819 formal do planejamento estratégico e as análises de ajustes da estrutura organizacional, revisão
820 de procedimentos, gestão de pessoas e diagnósticos. Ao final de 2014, que coincidia com o final
821 da gestão houve a entrega do produto da segunda medição. Na etapa atual foi recomposta a
822 estrutura e a FIA apresentou para a atual administração, os documentos disponíveis e foi formado
823 um comitê de acompanhamento do planejamento estratégico com a representação oficial dos
824 diretores nesse comitê, o que faz com que as reuniões fossem muito participativas. Nesse sentido,
825 foi feita uma convocação para que os consultores fizessem uma apresentação para o Presidente
826 Gilberto Belleza e foi montado uma forma de trabalho com a chamada dos consultores para que
827 eles acompanhassem e pudessem elucidar e divulgar as informações necessárias para a atual
828 gestão. Nesse sentido estão sendo realizadas reuniões com eles, juntamente com colegas de
829 todas as diretorias, em um trabalho onde foi analisado todas as metas pelo método de
830 semaforização, no estágio em que estaria a meta entre realizada, estado de atenção e não
831 realizada. Esse trabalho foi realizado nessa gestão, com grande participação e com o material que
832 havia disponível. Após a análise dessa planilha de metas, foi feita uma reunião com os colegas da
833 FIA para apresentação das metas realizadas, não realizadas e em andamento. Havia um
834 comentário de que o setor financeiro do CAU tinha tomado a rédea do Planejamento estratégico, o
835 que é inerente da própria forma de trabalho que estava disponível e suas condições. O trabalho da
836 Diretoria financeira em contato com os demais foi muito importante na realização das metas, e na
837 opinião dela sem nenhum desvio de objetivo, muito pelo contrário, com o bom andamento de
838 cumprimento. O momento é de esclarecimentos, encaminhamentos dessa tabela apresentada.
839 Houve uma reunião na semana anterior com os Consultores e foi dada ciência para a
840 coordenação geral da FIA que é o Coordenador, o Professor Dangele para que ele tivesse
841 conhecimento do trabalho com os Consultores e a participação tem sido bastante inesperada para
842 os colegas da FIA, com ideias bastante novas da parte do próprio CAU/SP com o resultado de
843 finalização desse contrato com bastante ênfase de que o Planejamento estratégico agora é em
844 acompanhamento ao Planejamento estratégico do CAU/BR, nesse sentido o CAU/SP estará
845 alinhado e trabalhando com o CAU/BR e não em situação de independência. Todo o trabalho pode
846 ser muito aproveitado e agora o fechamento será com a realização da última medição agora em
847 julho no valor de R\$ 226.704,00, mediante a apresentação do relatório final. Não haverá
848 aditamento desse contrato que será encerrado com a perspectiva de que o que foi possível foi
849 aproveitado e já existe como novas perspectivas de alinhamento com planejamento estratégico do
850 CAU/BR a nova condução do Planejamento Estratégico, eventualmente com algum outro tipo de
851 metodologia pensando na peculiaridade da formação dessa autarquia, que possui uma direção
852 honorífica, de três anos de mandato com uma estrutura razoavelmente robusta de uma certa
853 permanência tanto dos colegas concursados quanto dos outros. Essa estrutura se mantém e essa
854 peculiaridade de comando tem que ser bastante percebida em qualquer planejamento estratégico
855 a se pensar em médio e longo prazo. Se colocou à disposição, informou que qualquer dúvida o
856 comitê está constituído e o Tibiriça é o supervisor geral desse produto. O Presidente **GILBERTO**
857 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** passou para o **ITEM 8) PALAVRA DOS**



858 **SENHORES CONSELHEIROS** e informou que estão inscritos sendo, Rosana Ferrari, Jacobina
859 Vaisman, João Danielson e Pietro Mignozetti, alguns já se ausentaram e solicitou que os
860 conselheiros fossem bastante concisos em suas falas devido ao horário. Conselheira **ROSANA**
861 **FERRARI** informou a respeito da reunião da Comissão de Ética que ocorreu em Natal e comentou
862 sobre a campanha nacional, já informado pelo Haroldo, a respeito da RT e principalmente da
863 valorização profissional. Ressaltou duas questões que foram colocadas quanto à Campanha que
864 são alguns conceitos básicos, sendo a necessidade de falar de reserva técnica mesmo que alguns
865 não queriam ouvir. Essa prática coloca em cheque a confiança dos arquitetos perante a sociedade
866 e que toda a campanha deverá ser desenvolvida tendo em vista os vários atores e é preciso
867 mostrar que o CAU tem uma posição sobre isso, ao mesmo tempo que deverá ter o cuidado para
868 não macular a imagem do arquiteto perante a sociedade. Informou que esse cuidado foi bastante
869 discutido no seminário para não respingar na imagem do arquiteto. Na sequência falou sobre a
870 nota de desagravo, que é um instrumento que poderá ser utilizado pelas comissões de ética e
871 disciplina para proteger o arquiteto que queria fazer um pronunciamento por se sentir ofendido ou
872 agredido moral ou verbalmente. Finalizou informando que houve duas palestras, sendo uma de
873 um desembargador e a outra do presidente do tribunal de ética da OAB do RN, ressaltando que a
874 reunião foi muito produtiva. O Conselheiro **JOÃO ANTONIO DANIELSON GARCIA** falou sobre
875 RRT em dois órgãos, sendo o judicial, que não está fazendo justiça e que tem visto muitos peritos
876 do juízes não apresentarem a RRT. Informou que no antigo conselho foi feito um convenio com a
877 procuradoria de assistência judiciária e lá era exigido uma ART. Aproveitou a vinda do Presidente
878 Haroldo para informar esse item. O segundo com relação à RRT há a análise de muitos projetos,
879 conforme a colega falou, os profissionais não têm uma CAT disso, mas na outra ponta, na minha
880 cidade tem acontecido que, depois da lei florestal há trinta metros que é a faixa “non aedificandi”, e
881 há pessoas dentro do cadastro que tem passado informações errôneas para aprovar os projetos.
882 Isso vem causando prejuízo aos proprietários, pois o Ministério Público pede a demolição da obra.
883 A questão é identificar que o erro não é do arquiteto que não viu que o córrego já estava retificado
884 e coberto, e que não tem como ter conhecimento se está nesses 30 metros ou não. Sugeriu a
885 criação de uma forma dos alvarás virem com os nomes dos profissionais que de alguma forma
886 analisaram esse processo, para terem também seu grau de responsabilidade em caso de
887 demandas do ministério público. O diretor de relações institucionais **CARLOS ALBERTO**
888 **SILVEIRA PUPO** pediu um aparte para responder que existe um convenio entre o CAU/SP e a
889 Defensoria Pública do Estado, que está em vigor e que as inscrições devem reiniciar novamente
890 pois o convenio tem validade de 5 anos sendo renovado à cada ano. Em reunião realizada com a
891 defensoria em 30 de abril, quando foi tomado ciência desse convenio, foi colocado em pauta o
892 conhecimento do processo, detecção de algumas pequenas falhas. Foi colocado que o valor a ser
893 pago aos profissionais é muito aquém do valor do mercado, mas que nesse momento não teria
894 como ser alterado, mas que seria revisto. Para esse próximo exercício será praticado um reajuste
895 na tabela. Foi solicitado uma contrapartida no sentido de especificar o escopo do serviço
896 solicitado, pois havia uma exacerbação do que estava sendo solicitado para o que estava sendo



897 produzido. Nesse sentido toda a revisão foi feita, as negociações ainda não estão encerradas para
898 o próximo edital, mas achou pertinente a colocação desses detalhes. O Conselheiro **JOÃO**
899 **ANTONIO DANIELSON GARCIA** informou que sua fala não dizia respeito à procuradoria de
900 assistência judiciária que segue as normas do convenio onde deve ser feito uma RRT. O
901 conselheiro titular **PIETRO MIGNOZZETTI** leu uma mensagem recebida contendo: “No último dia
902 11 desse mês a Assembleia Legislativa da Bahia concedeu a Comenda 2 de julho a Zezéu
903 Ribeiro, in memoriam, e foi propositura da deputada Maria Del Carmen, que fez a entrega à família
904 do arquiteto e urbanista Zezéu Ribeiro, dessa que é a mais alta distinção concedida pelo
905 legislativo baiano pela contribuição de Zezéu à luta pela reforma urbana e a política em geral na
906 Bahia e no Brasil.” Informou que gostaria que isso ficasse registrado em ATA e que fosse feito
907 uma saudação ao colega Zezéu Ribeiro. A Conselheira **MARCIA REGINA DE MORAES DINO DE**
908 **ALMEIDA** agradeceu a presença do Presidente Haroldo que deu a oportunidade de interagir com
909 o Conselho Federal e de colocar as nossas dúvidas e proposituras. O Presidente do CAU/BR
910 **HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ** informou que durante as falas foi fazendo uma série
911 de anotações e acha ter conseguido contribuir com todos. Solicitou que seja colocado em ATA
912 primeiramente a importância do colega Tibiriça na construção do nosso Conselho, mas chamou a
913 atenção de que ele deixou um projeto lá que é a Rede Integrada de Atendimento, que visa um
914 atendimento qualificado para os arquitetos brasileiros. É um projeto de curto e médio prazo que vai
915 além de um treinamento de call center, visando que todos os arquitetos brasileiros tenham
916 informações precisas, supervisionadas e qualificadas. Solicitou que quem tiver contribuições
917 nesse caso, serão bem recebidas e colocadas as melhores ideias para o Brasil inteiro. Na
918 sequência há o compromisso de realizar a Rede Corporativa. Informou saber que vai contar com o
919 apoio de São Paulo nesse projeto e que o colega que irá substituir o Tibiriça, onde ele apresentará
920 o colega Roberto Simon, com certeza abraçará essa causa e levará adiante. Finalizou
921 agradecendo o empenho dos Conselheiros Federais de São Paulo que são enviados para
922 Brasília, primeiramente o Miguel Pereira, que foi uma âncora de sabedoria, conhecimento e cultura
923 que elevou muito o padrão dos conselheiros do CAU/BR, na sequência o colega Daniel Amor, que
924 manteve a presença correta de São Paulo no Conselho e agora o Colega Contier como suplente
925 do Renato Nunes, ambos referências pessoais para ele, e o Renato é formidável e transborda
926 bom senso, sabedoria, tranquilidade, paciência e tem realmente sido fantástico. Quanto ao
927 Contier, que faz um trabalho fenomenal em BIM, e que temos um projeto para tratar para melhoria
928 a todos os arquitetos nessa questão, também tem sido incansável e formidável. Nesse sentido
929 agradeceu muito aos colegas enviados para representar São Paulo no CAU/BR. Agradeceu a
930 atenção e paciência de todos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
931 **BELLEZA** agradeceu a presença do colega Haroldo, ressaltou o esforço dele em percorrer o



932 Brasil inteiro em seu esforço pessoal e familiar. Agradeceu a presença de todos os colegas e
933 informou que houve a presença de 60 conselheiros hoje, além 4 suplentes que vieram como
934 convidados e encerrou a 6ª Sessão Plenária Ordinária.

935 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**

936 **Presidente do CAU/SP**